

LIVROS EM REVISTA

DEVELOPMENT OF THE LABOR SURPLUS ECONOMY — *Theory and Policy*. Fei, John C. H. and Ranis, Gustav — Illinois, Richard D. Irwin Inc. 1964. Trata-se de um interessante estudo analítico de dois professores da Universidade de Yale, formalizando e desenvolvendo o conhecido modelo Arthur Lewis sobre o crescimento e uma economia com excesso de mão-de-obra. A idéia básica dos autores consiste em estudar como se processa o desenvolvimento em uma economia dual, e em que condições as soluções tecnológicas coletadas fornecem a absorção da mão-de-obra disfarçadamente desempregada na agricultura.

No estudo em questão, a economia é dividida em dois setores: um tradicional, abarcando a agricultura de subsistência e atividades correlatas; outro dinâmico, correspondendo à indústria e aos serviços urbanos a ela ligados. Os autores, tal como no modelo de Lewis, admitem que, enquanto persistir algum desemprego estrutural, o salário real permanecerá inalterado, sua determinação correndo por conta de fatores institucionais (Constant Institutional Wage Hypothesis). Partindo daí procuram examinar a que taxa se processará a absorção de mão-de-obra pelo setor urbano; o êxito do processo de desenvolvimento dependerá da possibilidade de essa taxa exceder sensivelmente a da expansão demográfica.

Os determinantes da taxa de absorção da mão-de-obra pelo setor secundário são cuidadosamente analisados pelos autores, por intermê-

dio de vários exercícios de cálculo diferencial apoiados na classificação das inovações devidas a Hicks. Em linhas gerais, essa taxa de absorção da mão-de-obra dependerá: a) da taxa de formação de capital; b) da rapidez do progresso tecnológico; c) da direção "*labor-intensive*" ou "*capital-intensive*" das inovações. Obviamente os autores concluem que as tecnologias "*labor-intensive*" são as mais favoráveis do ponto de vista da absorção de mão-de-obra, e fazem questão de contrapor os exemplos do Japão e da Índia, ressaltando o maior sucesso do desenvolvimento nipônico, em grande parte explicável pela natureza dos processos tecnológicos introduzidos.

Os capítulos seguintes do livro mostram como, de acordo com o modelo, o desenvolvimento se transmite através dos mercados, e como se processa a expansão do setor agrícola. O último capítulo estuda o funcionamento do modelo para uma economia aberta. O capítulo 7 merece especial destaque por introduzir uma interessante classificação das fases do crescimento; uma primeira fase em que persiste o excesso de oferta de mão-de-obra, e na qual os salários reais permanecem estagnados apesar do desenvolvimento. Uma segunda fase, em que não mais existe desemprego estrutural, e no qual os benefícios do crescimento se transmitem aos salários. Essa fase madura, por sua vez, subdivide-se em duas subfases: a da economia impelida pelas poupanças ("*savings-pushed*"), onde a capacidade de poupança delimita as possibilidades de crescimento e a da economia puxada pelos investimentos ("*investment pulled*"). na qual as possibilidades de crescimento dependem principalmente da procura de bens de capital pelos empresários; essa seria a fase de verificação da teoria keynesiana e à qual se aplicariam, senão as previsões, pelo menos os estagnacionistas.

Trata-se, indubitavelmente, de um trabalho de muito boa feitura técnica. Os desenvolvimentos matemáticos são conduzidos com precisão e a exposição geral obedece a um estilo claro e agradável. Do ponto de vista de concepção econômica, o trabalho pouco contém de original — trata-se do desenvolvimento de uma idéia, já bem explorada por Arthur Lewis e outros. Também, a hipótese do salário institucional constante parece bastante criticável; a experiência de muitos países mostra que houve fases de desenvolvimento sem aumento de salários reais, mas isso é um fenômeno que requer ex-

plicação e que não decorre trivialmente da simples existência de desemprego estrutural. Por outro lado, os autores tratam a taxa de formação de capital e as inovações como independentes uma da outra; na realidade seria interessante observar que as inovações “capital-intensive, aumentando a participação da remuneração do capital no produto nacional *podem* favorecer a formação de poupanças. Por último, cabe ressaltar, como aliás fazem os autores na introdução ao livro, que se trata apenas da descrição de um possível “tipo”, de desenvolvimento econômico, e não de um modelo geral de desenvolvimento. Essas são limitações importantes que o leitor deve ter em mente. Em todo caso trata-se de um livro feito por bons conhecedores de teoria econômica e que souberam desenvolver o assunto com excelente concatenação lógica. Um trabalho que se recomenda ao estudioso de assuntos econômicos que nutra simpatia pelo cálculo diferencial.

Mário Simonsen

ASPECTOS DA INFLAÇÃO BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS PARA 1965 — Antônio Delfim Netto e outros. São Paulo, Estudos ANPES n.º 1, 1965. Trata-se de uma tentativa de aplicação de métodos econométricos para explicar e quantificar a inflação no Brasil. O presente comentário cingir-se-á *apenas* a alguns aspectos econômicos do problema. Em número posterior esta revista pretende publicar comentários do Prof. Jessé Montello à adequação da técnica de estimação estatística empregada.

Inicialmente desejamos consignar nossa apreciação ao esforço do grupo de economistas paulistas que sem dúvida é o primeiro a tentar um tratamento amplo do problema da inflação do ponto de vista econométrico. Lamentamos que o trabalho chegue com mais de dois anos de atraso, pois na Conferência sobre a Inflação e Crescimento Econômico realizada no Rio de Janeiro de 3 a 11 de janeiro de 1963 o

Brasil nada apresentou além de algumas tabelas contendo material estatístico que evidenciava nossa inflação.

O estudo considera que as principais variáveis explicativas da inflação brasileira são: os *deficits* do setor público e sua forma de financiamento, as pressões de custo derivadas dos reajustamentos salariais, as pressões de custo derivadas das desvalorizações cambiais e as pressões derivadas do setor privado.

A assertiva feita às páginas 17 e 48 de que “os *deficits*... e emissões... do governo derivam do fato de que o mesmo se dispõe a gastar persistentemente na aquisição de bens e serviços uma quantidade de recursos monetários e financeiros maior do que a que tem disponível” é u’a mera constatação, nada acrescentando a um fato corrente. Parece-nos ser necessário ir um pouco atrás no processo orçamentário e indagar as possíveis causas de tal comportamento do setor público. Sem grandes investigações identificamos dois fatores, um de ordem legal e outro de ordem sociológico-política que tendem a forçar o setor público à incontinência financeira habitual. Em absoluto afirmamos que tais fatores sejam os únicos ou que expliquem tal ou qual percentagem do *deficit* governamental. Infelizmente, os fatores de ordem institucional na maioria das vezes não podem ser quantificados senão como resíduos no modelo e por isso não são tratados adequadamente pelo econometrista. Isso, todavia, não deve excluir o seu estudo e tentativa de entendimento pelo economista que trabalha na elaboração de política econômica.

O fator de ordem legal constitui um mecanismo *built in* de *deficits* no orçamento federal e é motivado pelo fato de que se pode aumentar o montante dos gastos públicos durante um exercício financeiro, sem que seja permitida qualquer alteração concomitante na legislação tributária a fim de que possam ser obtidos os recursos necessários ao financiamento do aumento introduzido. A decalagem existente entre a despesa realizada e a receita arrecadada força o setor público a recorrer às emissões.

O fator de ordem sociológico-política é o comportamento dos grupos de pressão que atuam no sentido de impedir a adoção pelo setor público de uma série de medidas fiscais que no correr do tempo constituam uma verdadeira política fiscal que permita ao mesmo

exercer suas funções sem recorrer às emissões. Trata-se de fenômeno conhecido mas pouco estudado pelos cientistas sociais brasileiros pela escassez de informações que permitam uma formulação completa do problema.

Não podemos concordar com o que se afirma no segundo parágrafo da página 17 de que “o governo na maioria dos casos é o porta-voz de reivindicações populares intensamente sentidas”. A ação do governo nos últimos anos no que se refere às reivindicações populares foi exercida de uma forma inepta e demagógica que só veio agravar a sorte dos grupos menos favorecidos.

Nas páginas seguintes são feitas afirmações que nos parecem também pouco consistentes diante da realidade dos fatos. Assim, no último parágrafo da página 19, afirma-se que como a industrialização causa a urbanização, isso faz com que desapareça a segurança informal existente no seio da família que vive no meio rural e que o governo é chamado a exercer aquelas funções que eram próprias da família e que tal ação mais ampla se traduz no fato de que grande parte do investimento total do setor público seja constituída por gastos sociais, devido ao caráter do desenvolvimento impulsionado por uma demanda de ampla base popular. Todos sabem que o aumento constante dos gastos públicos, em nosso país, é devido ao crescimento excessivo da folha de salários do funcionalismo público!

No fim da página 20 se diz textualmente: “Em resumo, por um lado a demanda popular por padrões de vida mais avançados toma a forma de pressão política forçando o Governo a agir. E, por outro lado, dada a sua baixa produtividade, a crescente solicitação de serviços, a serem prestados pelo Governo deve resultar numa maior utilização de fatores de produção, especialmente o trabalho, dado que o setor governamental caracteriza-se por ser extremamente trabalho intensivo”. Mais uma vez trata-se de uma assertiva que não parece corresponder à realidade. Dizer-se que o setor público se caracteriza como trabalho-intensivo é fazer, *modus in rebus*, uma apologia do empreguismo. É confundir o *emprego* do fator trabalho na máquina administrativa do governo, onde sabidamente há excesso de pessoal desqualificado, ganhando salários médios baixos em comparação com o mercado, mas extremamente elevados em termos da produtividade do trabalho executado, com o *emprego* do fator tra-

balho nas obras do govêrno como rodovias, portos, ferrovias, barragens etc. que são executadas por emprêsas privadas para as quais a combinação de trabalho e capital é feita em função da lucratividade que esperam ter, variando, pois, segundo o tipo de obra, mas, certamente, sem a característica inexorável de ser trabalho intensivo.

Os autores no primeiro parágrafo da página 130 dizem que não sugerem uma redução nos gastos do govêrno, pois dado a alta participação no Orçamento das despesas praticamente fixas, tal redução da atividade governamental apenas poderia ser realizada através da diminuição do ritmo dos investimentos. Tal afirmação equivale a considerar como uma *fatalidade* a alta participação do custeio no total das despesas públicas, o que é bastante discutível e que o montante global dos investimentos públicos seja composta de *parcelas homogêneas*, isto é, que não se pudesse diminuir o ritmo de investimentos menos prioritários ou até eliminá-los, acelerando os investimentos de alta prioridade. No jargão do economista, se entendemos bem o pensamento dos autores, todos os investimentos públicos são supostos ter a mesma produtividade marginal social, o que não é verdadeiro. Não se tentando a mais rudimentar análise de custo-benefício nos planos de obras públicas, passou-se a considerar como de igual prioridade todos os investimentos projetados, o que é um lamentável contra-senso.

Como a inflação brasileira desde 1958 vem se processando a taxas elevadas e crescentes é razoável em primeira aproximação que se formule uma análise da mesma em termos da teoria quantitativa da moeda. No entanto, achamos que se trata de uma visão limitada do problema e sugerimos que se amplie o conceito de setor público, e de pressão inflacionária oriunda do mesmo, através de uma consolidação do *deficit* escritural (em vez do de caixa) para tôdas as esferas de govêrno, inclusive autarquias e também as emprêsas de economia mista que operem em regime deficitário.

No final do estudo, ao tratar das perspectivas da inflação brasileira para 1965 os autores, com razão, discordam da meta do Programa de Ação do Govêrno, que foi estimada em 25%, a qual deve ter sido considerada como a resultante de uma hipótese demasiadamente simplificadora de nosso processo inflacionário, pela qual se os meios de pagamento crescerem de 32% e o produto real em 7%,

chegar-se-ia a um aumento de 25% nos preços. Acentua o fato de que se o aumento dos preços está ligado a outras variáveis além dos meios de pagamentos, dentre as quais pelo menos uma, em 1965, exercerá forte pressão inflacionária — a aceleração da inflação, de vez que não há razões para se rejeitar a hipótese de que a velocidade da moeda continue a se alterar em função dos acréscimos nas taxas de inflação dos anos anteriores.

No diagnóstico da inflação, quando os autores prevêm para 1965 uma taxa de inflação de 50 a 60%, que sem dúvida parece estar mais próxima da realidade do que a do Programa de Ação do Governo, somos da opinião de que se trata de uma previsão excessivamente “quantitativista” por não levar em consideração o lado real da economia, o que admitimos ser praticamente impossível dado a escassez de informações adequadas.

No último parágrafo do estudo ao lado dos estímulos às inversões, os autores prescrevem a tributação pesada do que se puder considerar consumo conspícuo. Tal assertiva necessita ser melhor explicada ou qualificada, pois na atual conjuntura se incluímos no conceito de consumo conspícuo a compra de bens duráveis como geladeiras, rádios, automóveis etc. a demanda por êsses bens tenderá a se retrair ainda mais, como aliás se pode observar na recente medida de emergência do governo que reduziu drásticamente durante um certo período o impôsto de consumo sôbre os automóveis. Se o conceito de consumo conspícuo não abranger os bens duráveis mas apenas os bens de consumo imediato como bebidas e alimentos manufaturados finos, perfumes etc. o efeito seria realmente desestimular investimentos nesses setores, o que seria desejável.

Por fim, é de justiça dizer que o estudo além de interessante e oportuno se presta a servir de material para a discussão de numerosos pontos que aqui não puderam ser abordados em virtude da limitação de espaço.

Anibal Villela

e

Margaret Hanson Costa